

ARTIGOS

Revista Teopraxis

v. 39, n. 133, Passo Fundo,


p. 10-18, Jul./Dez./2022,

ISSN on-line: 2763-5201

DOI:dx.doi.org/10.52451/teopraxis.v39i133.107

* Padre da Diocese de Chapecó/SC. Doutor e Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Especialista em Metodologia Pastoral pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Graduado em Teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral (Itepa) e em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. Professor da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas de Passo Fundo.

E-mail: zaninipastoral@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8771-3799>

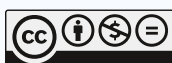
** Possui graduação no Instituto Superior de Educação Física de Uruguai (1986), graduação em Teologia - Seminário Teológico da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (1990), mestrado em Teologia (2001) e doutorado em Área de Concentração Bíblia (AT) pelas Faculdades EST (2005). Atua como professor na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana em Exegese e Hermenêutica, Antigo e Novo Testamentos, Questões de Gênero, Interpretação Bíblica decolonial.

E-mail: humbertox@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4720-8282>

Recebido em 19/07/2022

Aprovado em 17/10/2022



Este artigo está licenciado com a licença: Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

FRATERNIDADE E EDUCAÇÃO

A Campanha da Fraternidade numa abordagem freiriana do método Ver-Julgar-Agir

FRATERNITY AND EDUCATION

The Fraternity Campaign in a Freirean Approach to the See-Judge-Act Method

Rogério L. Zanini*

Humberto Maiztegui Gonçalves**

Resumo: O presente texto, tomando por substrato o método *Ver-Julgar-Agir*, busca analisar como esta metodologia continua desafiando e contribuindo como chave para uma leitura crítica dos contextos, especialmente no desafio de suplantar o senso comum, e com isso, contribuir para a superação de leituras limitadas e alienantes. Partindo dos referenciais teórico-bibliográficos, elegemos aspectos do método *Ver-Julgar-Agir* julgando sua implicância, tendo em vista um processo educativo crítico e uma evangelização que tenha como alicerce a prática de Jesus. Como conclusão se afirma que o método *Ver-Julgar-Agir*, depois de ter passado por crises e aplausos no percurso da história da Igreja, ganha com o pontificado do Papa Francisco uma atualização na Tradição da Igreja.

Palavra-chave: Método. Educação. Paulo Freire. Transformação.

Abstract: The present text, taking as substrate the See-Judge-Act Method, aims to analyze how this methodology continues to challenge and contribute as a key to a critical reading of the contexts, especially in the challenge of overcoming common sense and, with that, contribute to overcoming limited and alienating readings. Based on theoretical-bibliographic references, elements of the See-Judge-Act Method were chosen judging their implication with a view to a critical educational process and an evangelization that has as a foundation the practice of Jesus. In conclusion, it is stated that the See-Judge-Act Method, after having gone through crises and applause in the course of Church history, with the Pontificate of Pope Francis, gets an update on Church Tradition.

Keywords: Method. Education. Paulo Freire. Transformation.

INTRODUÇÃO

Embora não faça referência diretamente, ao método *Ver-Julgar-Agir* na proposta da Campanha da Fraternidade de 2022¹, o Secretário Executivo das Campanhas da Fraternidade, Pe. Patriky Samuel Batista, ao apresentar a proposta para a 58ª Assembleia Geral da CNBB, afirmou que o percurso da Campanha acontece dentro do método do *ver* na perspectiva de escutar; o *agir* segue no caminho do propor; e o *julgar* volta o olhar para o discernimento.²

Neste artigo não se tem a pretensão de avaliar as vantagens, ou retrocessos na variação proposta para este método na Campanha da Fraternidade. O objetivo principal é abordar esta temática tendo por norte o referido método, quando aplicado na educação, a partir de Paulo Freire, e deixar para quem adentrar na leitura e reflexão deste artigo fazer o discernimento de até que ponto a presente proposta proporcionou que se ampliassem ou se alargassem as possibilidades de análises, aprendizados e práxis. Em decorrência, e sendo fiéis à proposta, o próprio método de abordagem no presente texto, se fixará no caminho do *Ver-Julgar-Agir*.

1 O MÉTODO VER-JULGAR-AGIR E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE CARDIJN A FREIRE

Lopes em seu artigo: “O Método Ver-Julgar-Agir: genealogia e sua relação com a Teologia da Libertação”³, explana como surge este método, partindo dos “Escritos da prisão de *Saint-Gilles* em 1917”, toma forma na visão profético-vocacional do Padre Joseph Cardijn, e se consolida como prática eclesial na *Mater et Magistra* (João XXIII) e no Vaticano II (*Gaudium et Spes*) (Paulo VI). Sua escolha e utilização pelos grupos de Juventudes Operárias Católicas (JOC) nos anos 70 e seguintes, serviu para evidenciar “realidades concretas e suas dificuldades, passando pela iluminação das mesmas por meio do Evangelho, para se chegar às ações concretas de transformação”.⁴ No mesmo artigo, o autor ressalta o resgate e a aplicação deste método também dentro do Movimento de Educação de Base (MEB), impulsionado por Paulo Freire e Miguel Arraes, em 1961 – antes mesmo da realização do Vaticano II – dando lugar ao Movimento de Cultura Popular em Recife. Neste sentido, Lopes afirma:

Nas alturas da década de 1960, a Ação Católica no Brasil estava consolidada e tinha reaproximado de um jeito esperançoso a Igreja da Escola (instituição), fazendo com que a caminhada eclesial levasse em conta de novo o apelo evangélico de ser pobre entre os pobres. Esta caminhada deu frutos libertadores tanto na Igreja como na Escola, até meados de 1990⁵.

Assim, o método empregado para a conscientização e ação evangélica no meio operário e popular se mostra, mesmo antes de sua adoção oficial pelo Magistério da Igreja, um instrumento capaz de popularizar – socializar – o processo de ensino aprendizagem sendo o próprio povo (especialmente os mais pobres e excluídos dos processos educativos dominantes) alçado a sujeito de transformação social e cultural.

1 Tema: Fraternidade e Educação e o Lema: “Fala com sabedoria, ensina com amor” (cf. Pr 31,26).

2 Campanha da Fraternidade 2022: Fraternidade e Educação. 9 de fevereiro de 2022. Disponível em: [3 Antonio de Lisboa Lustosa LOPES e Cassiano A. PERTILE, O Método Ver-Julgar-Agir. *Razão e Fé*. p.34-43.](https://cffb.org.br/campanha-da-fraternidade-2022-fraternidade-e-educacao/#:~:text=A%20proposta%20foi%20apresentada%2C%20na,de%20Campanhas%20da%20CNBB%2C%20Pe. Acesso em 8 de junho de 22. No texto base, número 141 encontra-se na verdade uma referência explícita à tríade, porém, “reinventando” (como se tem feito na América Latina) os passos do método. “Escutar, discernir e agir. Eis o caminho que a campanha da Fraternidade nos apresenta este ano”.</p>
</div>
<div data-bbox=)

4 Antonio de Lisboa Lustosa LOPES e Cassiano A. PERTILE, O Método Ver-Julgar-Agir. *Razão e Fé*. p.35.

5 Antonio de Lisboa Lustosa LOPES e Cassiano A. PERTILE, O Método Ver-Julgar-Agir. *Razão e Fé*. p.36.

O Movimento de Educação de Base, cuja atuação permanece até hoje, mantém o método Ver-Julgar-Agir dentro dos seus princípios, demonstrando, por meio desta sua capacidade de articular, no processo educativo, questões como:

Construção de uma sociedade justa e ética, (...) conscientização e vivência da cidadania e participação social, (...) participação social e comunitária nas políticas públicas, (...) educação de jovens e adultos na perspectiva da metodologia ver, julgar, agir, sintonizada com os princípios filosóficos do educador Paulo Freire. (...) inclusão de homens e mulheres no mundo do trabalho e na sociedade da informação⁶.

Em que pese o longo caminho já percorrido e o decurso do tempo, as origens e o desenvolvimento do método Ver-Julgar-Agir, continuam sendo objeto de ampla discussão e tema de diversos artigos e trabalhos monográficos, inclusive obras dedicadas exclusivamente a ele⁷.

1.1 VER: as barreiras que impedem uma educação libertadora

Quando se propõe ver, nos termos do método “Ver-Julgar-Agir”, se objetiva ir muito além da superfície do “senso comum”, isto é, daquilo que está posto, ou dado pelas “coisas-como-são”. Trata-se de munir-se de um “olhar”, uma “percepção” crítica, para “ver” além do que as aparências demonstram ou se mostram, caso contrário, as possibilidades transformadoras permanecerão ocultas atrás dos muros da exclusão. Exemplo típico e muito atual, trata-se do surgimento das chamadas pessoas “invisíveis” da população brasileira durante o tempo da pandemia. Por que estas pessoas não eram até aquele momento lembradas ou visibilizadas no Brasil?

Nesta direção, basta ressaltar a observação que os Bispos do Brasil fizeram recentemente: o rechaço aos pobres, não contribui para a civilização do amor e fere a fraternidade universal. Na Mensagem ao Povo Brasileiro na 59^a. Assembleia Geral da CNBB, os bispos atentamente profetizam dizendo que o “quadro atual é gravíssimo. O Brasil não vai bem! A fome e a insegurança alimentar são um escândalo para o País, segundo maior exportador de alimentos no mundo, já castigado pela alta taxa de desemprego e informalidade”. Na sequência, neste mesmo parágrafo, denunciam que “num sistema voraz de ‘exploração e degradação’ notam-se a dilapidação dos ecossistemas, o *desrespeito com os direitos dos povos indígenas*”⁸.

Por isso, quando o “ver” ganha contornos de problematização da realidade, logo se percebe outras dimensões até então ocultas, ou mesmo ocultadas por diferentes mecanismos sociais, políticos e mesmo religiosos. Faz perceber a premente importância e a necessidade do desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade e dos seus mecanismos ideológicos. A visão de Paulo Freire, em “Educação como prática da liberdade”, expressa o potencial desconstrutor e transformador desta percepção crítica dizendo:

Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o

6 *Movimento de educação de base (MEB)*. Metodologia. Disponível em: <https://www.meb.org.br/metodologia/>. Acesso em 8 de junho de 22.

7 Deixamos algumas referências para quem deseja aprofundar esta temática: Jorge Boran. *O senso crítico e método ver, julgar, agir*. Editora Loyola, 1977; Alfredo Piso. *Ver-Julgar-Agir: ensaio de teologia pastoral*. Edições, 1991; Antônio de Lisboa Lustosa Lopes e Jorge Luis Gomes Bonfim. *Ver-Julgar-Agir: a leitura pastoral de Francisco*. Editora Saber Criativo, 2022.

8 CNBB, *Mensagem ao Povo Brasileiro*, 59^a Assembleia Geral da CNBB, “A esperança não decepciona” (Rm 5,5). Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/mensagem-povo-brasileiro-fe-esperanca-compromisso-vida-brasil/>. Acesso em 11 de maio de 2022. (Grifo nosso).

conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. As formas ingênuas de percebê-la. A formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutem superficialmente os assuntos⁹.

Com esta visão – superando as maneiras e visões ingênuas ou do senso comum - é perceptível o quanto o povo brasileiro precisa avançar nos direitos elementares conquistados e garantidos pela própria Constituição Brasileira. O sistema educativo brasileiro nunca conseguiu refletir o que a Constituição de 1988 sonhou ao proclamar em seu Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ainda mais se, nesta percepção crítica são colocados os princípios da realização desta meta constitucional, a saber:

I– igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II– liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III– pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV– gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V– valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI– gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII– garantia de padrão de qualidade; VIII– piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (Art. 205).

Por isso, pode-se perguntar: Houve, desde 1988, avanços importantes e significativos neste sentido? Quais? Quais barreiras de exclusão começaram a ser derrubadas? Quais os instrumentos de participação popular, social e profissional foram construídos e impulsionaram esses avanços? Chegaram a ser aferidos ou percebidos resultados concretos? Qual foi o alcance desses resultados, a que parcela da população alcançou? E o que mais podia e deveria ter avançado?

Mas também, e dialeticamente, será necessário questionar se houve retrocessos, perdas, estagnações, ameaças, restrições e repressões em relação ao que foi previsto e determinado na Constituição, ainda vigente, de 1988, e o que, a partir dela, foi construído, alcançado e sofreu avanços. Como identificar essas novas barreiras e empecilhos? De onde surgem? Quais são as forças antagônicas que não permitem que se consolide uma educação que é direito de todas as pessoas e dever do Estado? Por que estas forças contrárias ao acesso universal à educação como um direito se sentem ameaçadas e tentam impedir que esta realidade se consolide? Qual é a educação que está sendo proposta e colocada em prática, no lugar daquela desenhada no texto constitucional?

Certamente haverá uma diversidade de percepções, de hipóteses e respostas, mas também - por ter um ponto de partida comum – interessa promover a convergência para o encontro das pessoas que realmente almejam juntar e concretizar os conceitos de “fraternidade” e “educação” e participam, em diversos lugares de atuação social, da realidade que se vive hoje no Brasil.

Este “ponto de partida” do método, nas palavras de Paulo Freire, faz com que as pessoas:

9 Paulo FREIRE, *Educação como prática da liberdade*, p.94-95.

se identifiquem como seres que caminham para frente (...) como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro. Daí que se identifique o movimento permanente (...) que é histórico e quem tem seu ponto de partida, o seu sujeito e o seu objetivo¹⁰.

Desta forma, o *ver* é o encontro inicial que compromete com a realidade, como processo histórico, identificando o que une as pessoas como participantes – militantes – de um processo de construção coletiva e democrática. Em decorrência, esta forma de *ver* a partir da realidade dos “marginalizados”, dos “insignificantes ou “invisíveis” como nos referimos acima possibilita identificar um problema comum. O *ver* é isso. Não no sentido de *ver* todos os problemas, mas aqueles que se apresentam mais evidentes em contextos ou lugares de fala e de vida (como afirma na exegese bíblica, em nossos “lugares vivenciais”). Então sim, surge o diálogo que não joga para “soluções”, mas “saídas” ou “êxodos” (do latim “ex” – para fora - e “hodos” – caminhos).

Neste caminho de êxodo nasce a consciência de que nem sempre existe clareza quanto ao ponto de chegada. Aí vale aquela frase atribuída ao escritor uruguaio Eduardo Galeano, sobre o horizonte, que ele atribui a um filósofo argentino anônimo: “Para que serve a utopia? A utopia é como o horizonte, serve para caminhar”. Portanto, o *ver* deve proporcionar duas coisas: o ponto de partida (formulação do problema) e a direção (hipóteses, sonhos, utopias, horizontes). Assim, desconstrói-se a paralisia e o medo gerado pela tragédia da violência e da morte e se delinea e reconstrói coletivamente o caminho do reencontro, o diálogo e a partilha.

Neste sentido é relevante observar que o Papa Francisco tem reiterado a defesa da “cultura do encontro” (FT 30), porque é precisamente uma cultura do encontro que pode fornecer a base para um mundo mais unido e reconciliado. Somente esta cultura pode levar a uma justiça sustentável e à paz para todos, bem como a um autêntico cuidado pela Casa Comum. Segundo a teóloga Maria Clara Bingemer, a intenção do Papa “é combater a indiferença que prevalece em todos nós, a superficialidade das relações, buscar um encontro verdadeiro e profundo com o outro”. A teóloga sintetiza o que deseja Francisco com a cultura do encontro.

Para que isso ocorra é preciso acreditar no outro; acreditar que ele ou ela tem algo bom para mim, para me ajudar a crescer, para viver plenamente, para dar a minha medida como ser humano, como filho de Deus. É preciso estabelecer um diálogo com homens e mulheres para entender suas expectativas, suas dúvidas, suas esperanças, e para oferecer o Evangelho que é Jesus Cristo. Deus feito homem, que morreu e ressuscitou para nos libertar do pecado. Este desafio exige uma profunda atenção à vida, exige sensibilidade espiritual. Dialogar significa estar convencido de que o outro tem algo bom para dizer, aceitar seu ponto de vista, as suas propostas. O diálogo não significa desistir das ideias e tradições. O Papa deixa claro que a experiência do encontro envolve diferenças e cresce com elas. No encontro com o outro que é diferente de nós podemos aprender muito e enriquecer toda a igreja e a sociedade, a partir da experiência e a perspectiva do outro.¹¹

Dentro deste universo percebe-se a importância do *ver* e suas implicações que incidirão nos passos seguintes do método.

10 Paulo FREIRE, *Pedagogia do Oprimido*, p.48-49.

11 Maria C. BINGEMER. A cultura do encontro. *Revista Dom*. Disponível em: <https://domtotal.com/artigo/6709/30/05/a-cultura-do-encontro/>. Acesso em 12 de junho de 22.

1.2 JULGAR: critérios para a construção da educação democrática

A percepção crítica da realidade requer um instrumental que permita a apreensão desse processo de construção coletiva e democrática. Também exige critérios (do grego *krités*, que significa *julgar*, que pode ser entendido como aquela pessoa habilitada para julgar). De certa forma, o *ver* despertou o que Paulo Freire fala de “consciência” e esta nova relação, ou “intencionalidade transcendental” que para com a realidade exigirá critérios adequados para fazer desta “consciência”, uma “consciência crítica”.

A intencionalidade transcendental da consciência permite-lhe recuar indefinidamente seus horizontes e, dentro deles, ultrapassar os momentos e as situações, que tentam retê-la e enclausurá-la. Liberta pela força de seu impulso transcendentalizante pode volver reflexivamente sobre tais situações e momentos, para julgá-los e julgar-se. Por isto é capaz de crítica. A reflexividade é a raiz da objetivação¹².

O *julgar* exigirá do sujeito ou do grupo a ampliação e aprofundamento daquilo que foi suscitado no *ver*. Consequentemente, sempre será necessária a contribuição e utilização das ferramentas técnico-científicas. O científico, neste sentido, não se torna mais normativo, ou impositivo, mas orgânico, pois está a serviço da consciência, ou da percepção da realidade daquelas pessoas que são sujeitos dos processos de transformação de uma determinada realidade opressora ou desumanizadora. Como saber instrumental, o *julgar* oferece ferramentas desta análise.

Para Alfredo J. Gonçalves, em seu artigo sobre a Campanha da Fraternidade 2022, existem três entraves de caráter histórico e estrutural que impedem o Brasil de oferecer os direitos ao conjunto da população: a desigualdade social, o descaso do atual governo diante da cultura e o preconceito racista e excludente.

No caso da desigualdade social, o país caminha com um peso de chumbo atado aos próprios pés. Trata-se da discrepância que, historicamente, vem cavando um fosso cada vez mais fundo entre a base e o pico da pirâmide socioeconômica. O círculo vicioso dessa situação desigual revela-se extremamente perverso e difícil de romper. A condição de pobreza extrema impossibilita o acesso integral à rede pública de educação. Sem estudo, sem diploma e sem capacitação profissional, permanece cerrada a porta para o mercado de trabalho, o que, por sua vez, levanta sérios obstáculos a outros direitos, como a habitação, a saúde, o transporte, etc. Perpetua-se desse modo a condição de exclusão social¹³.

Sob o critério do *julgar* se percebe, diante dos três elementos destacados pelo Alfredo J. Gonçalves, o quanto as mudanças são necessárias, principalmente na educação pública, visto que as diferentes realidades educacionais sofrem influência direta das desigualdades sociais locais e podem até acarretar problemas de alfabetização. Surge a questão: como os educadores analisam este contexto e como eles influenciam nos processos educativos?

Paulo Freire em muitas de suas obras, mas particularmente no livro “Pedagogia da Autonomia”, destaca que um dos elementos norteadores da prática educativa da escola é promover o desenvolvimento global e harmonioso à luz dos valores sociais, despertando e estimulando o educando para a verdade, a justiça, o respeito e a solidariedade. Esse ideal da instituição vai ao encontro da formação e das concepções educacionais de Paulo Freire, que crê na educação autêntica como o caminho necessário para a justiça e a paz. Desta

12 Paulo FREIRE, *Pedagogia do Oprimido*, p.9.

13 Alfredo J. GONÇALVES, *Campanha da Fraternidade 2022*. Disponível em: <https://crbnacional.org.br/campanha-da-fraternidade-2022/>. Jan. 6. 2022.

forma, para Freire, a escola deve estar pautada em um modelo de “pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade, à própria autonomia do educando”.¹⁴ Nas palavras de Freire, nas diferentes realidades educacionais, a prática docente deve procurar aguçar a curiosidade dos educandos, principalmente por meio de pesquisas na troca de saberes. No ensino/aprendizagem por meio das atividades lúdicas, o conteúdo interage com os objetivos a serem trabalhados no momento oportuno. Na troca de saberes entre o professor e os educandos, estes constroem e reconstróem seus saberes desenvolvendo sua autonomia. “Os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”¹⁵.

Este mesmo problema se revela nos processos de evangelização. Desde a América Latina e Caribe, a Teologia da Libertação percebeu que ao *julgar* a realidade com os valores do Evangelho, precisava superar os abismos entre as classes sociais. Na visita ao Brasil, do Papa Bento XVI, no ano de 2007, por motivo da Conferência de Aparecida, referendou a opção pelos pobres e denunciou o crescente distanciamento “entre pobres e ricos e se produz uma inquietante degradação da dignidade pessoal com a droga, o álcool e as sutis miragens de felicidade”¹⁶.

A pergunta feita por Gutiérrez, anos atrás (2003), de “*onde dormirão os pobres?*” segue ainda atual e ela deve ser pronunciada insistentemente como denúncia profética, pois a existência de estruturas de pobreza, o aumento do número de pobres em nossas cidades e entornos, com vários rostos, como disse o Documento de Aparecida, rostos que doem em nós (DAp 407-430), exige de nossa parte uma postura crítica pela teologia, uma postura de denúncia à sociedade e às estruturas religiosas que não se posicionam de maneira firme contra esta realidade.

1.3 AGIR: a fé que age pelas obras (Tg 2,20)

O *agir* está intrinsecamente ligado ao conceito de “práxis” em sua forma germinal, isto é, como “palavra-ação”. Para Paulo Freire, “produzida pela ‘práxis’, palavra cuja discursividade flui da historicidade – palavra viva e dinâmica, não categoria inerte (...). Palavra que diz e transforma o mundo”.¹⁷ Em termos teológicos, o *agir* é a encarnação do *julgar*, dentro do *ver*. De certa forma, se fecha o círculo hermenêutico, comprometendo essas pessoas como sujeitos de um processo de intervenção e transformação da realidade.

A primeira questão, em termos da luta por essa “educação”, cujos critérios foram analisados no *julgar*, é quais são as pessoas que se apresentam como sujeitos do processo. O “senso comum” pode levar a visualizar o círculo “docente-discente”, ou, um pouco mais ampliado, o conjunto das pessoas cujas atividades profissionais são exercidas no meio educativo (incluindo funcionários e funcionárias das mais diversas áreas) e, ainda mais ampliado, os núcleos familiares dos e das estudantes. Mas, se olharmos para a proposta freiriana de “desvelamento” ela sempre é aberta, destinada não apenas a uma parte do processo de transformação (seja esta a educação), mas ao processo como um todo a partir desta parte. Segue Freire:

Aqui, propriamente, ninguém desvela o mundo ao outro e, ainda quando um sujeito inicia o esforço de desvelamento aos outros, é preciso que estes se tornem sujeitos do ato de desvelar. O desvelamento do mundo e de si mesmas, na práxis autêntica, possibilita às massas populares a sua adesão¹⁸.

14 Paulo FREIRE, *Pedagogia da autonomia*, p.16.

15 Paulo FREIRE, *Pedagogia da autonomia*, p.26.

16 Sessão inaugural dos trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, na sala de conferência do Santuário de Aparecida – discurso (13 de maio de 2007).

17 Paulo FREIRE, *Pedagogia do Oprimido*, p.13.

18 Paulo FREIRE, *Pedagogia do Oprimido*, p.104.

As pessoas vinculadas aos processos educativos são sujeitos de um desvelamento transformador de todas as massas populares e estas, por sua vez, de toda a sociedade humana. Portanto, o *agir* não pode ser centrípeto (de fora para dentro), mas centrífugo (de dentro para fora), fazendo com que as diferentes práxis de ensino-aprendizagem convirjam no grande exercício de todos os direitos.

Segundo o teólogo e filósofo Ellacuría, a “apreensão da realidade” precisa desdobrar-se em três dimensões: levar em “consideração a realidade” (dimensão intelectual), “responsabilizar-se pela realidade” (dimensão ética) e “encarregar-se da realidade” (dimensão praxica)¹⁹. E Jon Sobrino acrescenta uma quarta: “deixar-se levar pela realidade” (dimensão da graça)²⁰.

Este caminho conduz certamente ao mundo das vítimas, dos samaritanos, da mulher que ia ser apedrejada, dos “invisíveis” do povo brasileiro; e, também, a descobrir os salteadores, opressores que continuam fazendo vítimas no mundo atual. A partir deste diagnóstico praxico aparece uma fé que busca dar razões de sua esperança fazendo acontecer o reinado de Deus. Da mesma forma, irrompe um seguimento de Jesus com a missão de *descer da cruz os pobres crucificados*. Em outras palavras, se conhece o Pai ao fazer o Seu Reino. Assim, a fé ganha em densidade histórica, os pobres e injustiçados tornam-se sujeitos e protagonistas, porque são libertados, o Reino cresce como grão de mostarda, combatendo o antirreino os cegos *veem* “outro mundo possível” e todos entram na ciranda do *amor até doer*. Dor que parece estranha quando conectada com um Deus abstrato e distante dos dramas humanos, mas natural, no entanto, quando se convive com os pobres e excluídos, porque testemunham um amor mais forte do que a morte. *Um Deus de rosto curtido, de mãos calejadas...* e disposto a chorar a dor e o sofrimento como uma mãe que lamenta e geme as dores dos filhos e filhas. Para lembrar o que já dissemos: “Deus que ‘sofre no sofrimento’”.

É exigência do processo metodológico sua circulação constante, ou seja, trata-se de uma perspectiva fundamental do método. Dimensão enfatizada pelo teólogo Luiz C. Susin: “como é uma trindade em círculo, cada mediação influencia hermeneuticamente a outra”. Esse círculo de mediações desestabiliza “quem está convicto de que ideias elaboradas em gabinete mudam unilateralmente o mundo, esta metodologia é julgada não só ingênua, mas perigosa e heterodoxa, até porque quem pensa e quem governa pela doutrina perde a hegemonia do controle da realidade”²¹.

CONCLUSÃO

O objetivo desta reflexão foi retomar aspectos do método *Ver-Julgar-Agir* no sentido de interligar, ou propor a interface entre a educação e evangelização no contexto da proposta da Campanha da Fraternidade. Desta simples abordagem, perceber ou dar-se conta de como este método continua interpelando e influenciando os contextos eclesial e educacional em que estamos imersos.

Por isso, este método conduz e interpela a retomar com assiduidade a dimensão da educação e da evangelização como caminhos que se cruzam e se exigem à luz das verdades da fé, pois ambas desejam a transformação do mundo – Casa Comum para a humanidade. Falar de educação e de evangelização é falar de humanidade, como disse o Papa Francisco na *Laudato Si'*: “Vários são os âmbitos educativos: a escola, a família, os meios de

19 I. ELLACURÍA, *Escritos teológicos I*. 1ª ed. San Salvador: UCA, 2000.

20 Jon SOBRINO, *Fora dos pobres não há salvação*, p.18.

21 Luiz C. SUSIN, Teologia da Libertação: de onde viemos, para onde vamos, *Voices EATWOT*, v.36, p.31.

comunicação, a catequese, e outros. Uma boa educação escolar em tenra idade coloca sementes que podem produzir efeitos durante toda a vida” (LS 213).

A Campanha da Fraternidade, especialmente quando vista sob a ótica de Paulo Freire, revigora o sentido transformador da educação. Exige que todas as pessoas envolvidas nos processos de ensino-aprendizagem se tornem sujeitos históricos. O método *Ver-Julgar-Agir* quando entrelaçado dentro do círculo hermenêutico, é capaz de despertar o sentido transformador e libertador dos processos educativos e de evangelização.

Este método que já sofreu por ostracismos no percurso da história, particularmente como crítica à Teologia da Libertação, ressurgiu mais uma vez como “sal” e “luz” para temperar e iluminar a concretude do reino de Deus nesta hora tão macabra da história brasileira e da humanidade. Método que atualmente ganha relevância e status teológico no pontificado do Papa Francisco. Ele tem utilizado com tranquilidade e sem medo este método, inclusive reformulando nos termos de “contemplar-discernir e propor”²².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BINGEMER, Maria C. A cultura do encontro. *Revista Dom*. Disponível em: <https://domtotal.com/artigo/6709/30/05/a-cultura-do-encontro/>. Acesso em 12 de junho de 22.
- CNBB. *Campanha da Fraternidade 2022*. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/campanha-da-fraternidade-2022-foi-apresentada-aos-bispos-reunidos-em-assembleia/>. Acesso em 15.03.2022.
- CNBB. *Mensagem ao povo brasileiro*. 59^a. Assembleia Geral da CNBB. “A esperança não decepciona” (Rm 5,5). Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/mensagem-povo-brasileiro-fe-esperanca-compromisso-vida-brasil/>. Acesso em 11 de maio de 2022.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 18.03.2022.
- ELLACURÍA, I. *Escritos teológicos I*. 1^a ed. San Salvador: UCA, 2000.
- FRANCISCO. *Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. Brasília: Edições CNBB, 2020.
- FRANCISCO. *Laudato Si'*. Vaticano: Imprensa Vaticana, 2015.
- FRANCISCO. *Vamos sonhar juntos*. O caminho para um futuro melhor. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GONÇALVES, Alfredo J. *Campanha da Fraternidade 2022*. In: Conferência dos Religiosos do Brasil. Disponível em: <https://crbnacional.org.br/campanha-da-fraternidade-2022/>. Jan. 6. 2022. Acesso em: 4 de maio de 2022.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Onde dormirão os pobres?* 3.ed. São Paulo: Paulus, 2003.
- LOPES, Antônio de Lisboa Lustosa e PERTILE, Cassiano A. *O Método Ver-Julgar-Agir: genealogia e sua relação com a Teologia da Libertação*. *Revista Razão & Fé*. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, V. 22, N. 2/2020. p. 33-43). Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rrf/article/download/2897/1748/9472>. Acesso em 15.03.2022.
- MEB. *Movimento de Educação de Base*. <https://www.meb.org.br/metodologia/>. Acesso em 16.03.2022.
- SOBRINO, Jon. *Fora dos pobres não há salvação*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- SUSIN, Luiz Carlos. *Teologia da Libertação: de onde viemos, para onde vamos*. Teologia da Libertação, 40 anos. *Voices. EATWOT*, v. 36, ed. 4, Oct/Dec 2013. p.25-34.

22 FRANCISCO, *Vamos sonhar juntos*, p.153.